

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDA: TABOCAS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RESERVA DE COTAS - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. O art. 93 da Lei 8.213/91, ao impor às empresas a contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais e reabilitados, visa à satisfação do disposto no inciso XXXI do art. 7º da CF/88, que proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. A imposição legal, ao incentivar a inserção no mercado de trabalho desse grupo de pessoas excluídas, objetiva, ainda, assegurar o direito à isonomia (art. 5º, “caput”, CF/88) e aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, CF/88), além de almejar o cumprimento do comando previsto no art. 170, “caput”, da CF/88, segundo o qual, *“A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)”*. Existência digna, obviamente, é um direito de todo cidadão, inclusive daqueles que possuem alguma debilidade física ou psíquica. Exatamente por não terem condições de concorrerem em igualdade de condições com os demais trabalhadores – o que, em muitos casos, somente ocorre pela ausência de políticas públicas visando à alteração da visão social sobre a questão e a inclusão social e profissional dessas pessoas -, a lei confere aos portadores de necessidades especiais garantias para a sua inserção no mercado de trabalho. Considerando tais premissas, cabe ao aplicador do direito conferir a máxima efetividade à norma legal prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, impondo à reclamada o seu cumprimento, sob pena de multa reversível ao FAT, uma vez que se trata de norma cogente, de aplicação imediata, e que não apresenta qualquer ressalva quanto ao ramo da atividade econômica em que atua a empresa e quanto ao local em que desenvolvidas suas atividades.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso ordinário,

01590-2007-113-03-00-0-RO

oriundos da 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, em que figuram, como recorrente, **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, e, como recorrida, **TABOCAS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

RELATÓRIO

Ao relatório de f. 510/514, que adoto e a este incorporo, acrescento que o Exmo. Juiz José Marlon de Freitas, em exercício na 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, pela r. sentença de f. 510/520, julgou improcedentes os pedidos formulados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em desfavor da TABOCAS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

O autor interpõe o recurso ordinário de f. 522/541. Alega que a reclamada não cumpre a reserva legal pertinente aos portadores de deficiência/reabilitados, prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, e requer seja deferida a tutela específica pleiteada na inicial, bem como a indenização por danos morais coletivos.

Contra-razões pela reclamada à f. 544/553.

É o relatório.

VOTO

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Satisfeitos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

JUÍZO DE MÉRITO

RESERVA LEGAL – PORTADORES DE DEFICIÊNCIA/REABILITADOS

O MM. Juiz “a quo” indeferiu os pedidos de imposição de obrigações de fazer à reclamada, referentes ao cumprimento da cota de portadores de deficiência/reabilitados pela previdência social prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, bem como o de condenação da empresa recorrida ao pagamento de indenização por danos morais coletivos.

Entendeu o Juízo primevo ter restado comprovada nos autos a impossibilidade de cumprimento do referido comando legal pela reclamada, ressaltando o seguinte:

“(...) O próprio MPT não foi capaz de apontar, de forma efetiva, como poderia a ré resolver a questão. Não se pode exigir um provimento jurisdicional

inexeqüível, levado, inclusive, ao extremo, com a fixação de multa pesadíssima. O direito não é assim; não pode ser assim, “data venia”. A ré, portanto, não praticou conduta punível; não praticou ato discriminatório; não feriu o princípio da dignidade humana, “data venia”. O pleito, portanto, não tem como ser deferido. Mas isso não quer dizer que a ré está imune para sempre do cumprimento daquela previsão legal. Ela deve estar atenta para as exigências do artigo 93 da Lei 8.213/91, tão logo haja modificação na situação de fato verificada nestes autos, de modo a lhe possibilitar o preenchimento integral da cota. As autoridades administrativas, e principalmente o MPT, ora autor, certamente ficarão atentas para tanto e cuidarão de tomar, na hora certa, as providências legais cabíveis” (f. 519).

Contra essa decisão se insurge o Ministério Público do Trabalho. Afirma que “o comando legal é no sentido de que a empresa mantenha um percentual de empregados portadores de deficiência/reabilitados em seus quadros de acordo com o seu número total de empregados, não estando prevista qualquer restrição, quer em relação à atividade empresarial, quer em relação à dificuldade na efetivação das contratações, quer em relação às deficiências, que não se limitam à deficiência física somente, estando contemplados também com a reserva os portadores de deficiência sensorial e mental”. Argumenta que “o objetivo visado pelo comando legal exige que a empresa tenha atitude mais ativa, firme e concreta em relação à sua obrigação, não se eximindo de cumpri-lo com a simples publicação de avisos de empregos em jornais e com o envio de correspondências a entidades de defesa de portadores de deficiência”. Aduz, outrossim, que não há nos autos “provas de que a empresa envidou todos os esforços para efetivar a contratação de pessoas portadoras de deficiência/reabilitados” e que se verifica “das respostas enviadas pelas entidades que possuem cadastro de portadores de deficiência (f. 495/498) que a empresa recorrida sequer efetuou cadastro com as informações sobre as vagas ofertadas, condição para o encaminhamento dos candidatos para preenchimento da cota”.

Com a devida vênia ao d. Juiz de primeiro grau, entendo que razão assiste ao recorrente.

Dispõe o art. 93 da Lei 8.213/91:

“Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados2%

II – de 201 a 5003%

III – de 501 a 1.0004%

IV – de 1.001 em diante5%

§1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante”.

A norma em questão, ao impor às empresas a contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais e reabilitados, visa à satisfação do disposto no inciso XXXI do art. 7º da CF/88, que proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

A imposição legal, ao incentivar a inserção no mercado de trabalho desse grupo de pessoas excluídas, objetiva, ainda, assegurar o direito à isonomia (art. 5º, “caput”, CF/88) e aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, CF/88), além de almejar o cumprimento do comando previsto no art. 170, “caput”, da CF/88, segundo o qual, “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)”.

Existência digna, obviamente, é um direito de todo cidadão, inclusive daqueles que possuem alguma debilidade física ou psíquica. Exatamente por não terem condições de concorrerem em igualdade de condições com os demais trabalhadores – o que, em muitos casos, somente ocorre pela ausência de políticas públicas visando à alteração da visão social sobre a questão e a inclusão social e profissional dessas pessoas -, a lei confere aos portadores de necessidades especiais garantias para a sua inserção no mercado de trabalho.

Nunca é demais ressaltar que o trabalho é condição indispensável para o alcance da dignidade humana, pois é por meio dele que o homem se realiza como pessoa, descobre seu real valor na sociedade e adquire meios financeiros para usufruir, adequadamente, dos direitos sociais à educação, saúde, moradia e lazer.

Considerando tais premissas, cabe ao aplicador do direito conferir a máxima efetividade à norma legal prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, norma essa cogente, de aplicação imediata, e que não apresenta qualquer ressalva quanto ao ramo da atividade econômica em que atua a empresa e quanto ao local em que desenvolvidas suas atividades.

No caso em voga, a reclamada foi autuada em 01.12.04 pela falta de comprovação do preenchimento total da reserva legal por empregados portadores de deficiências/reabilitados pelo INSS (f. 39).

Instaurado procedimento investigatório em 22.03.05 (f. 42/43), foram concedidos prazos para o cumprimento pela ré do disposto no art. 93 da Lei 8.213/91,

mas, segundo o documento de f. 311, em 13.06.06, apenas oito vagas de deficientes haviam sido preenchidas, número esse insuficiente para o cumprimento da norma em questão, haja vista que, em março de 2006, a reclamada contava com 433 empregados.

Registre-se, ainda, que, conforme documento de f. 447, em novembro de 2007, a ré contava com 1.137 empregados, o que elevou a cota legal, considerando o disposto no art. 93 da Lei 8.213/91.

Alega a reclamada, na defesa, que, embora sua sede seja em Belo Horizonte, não realiza obras nesta capital. Afirma que *“suas obras são realizadas, normalmente em áreas desabitadas, porque a atividade da Reclamada é justamente a de construção de infra-estrutura para a urbanização, como no caso da construção de linhas de transmissão”* (f. 462), e que, nas localidades em que se encontrava à época da defesa (Guaraí/TO e Paraupabas/MG), *“admitiu o número máximo de funcionários em condições especiais que encontrou nas proximidades de suas obras, próximas à região amazônica, sem que haja na localidade pessoas com deficiências”*, sendo faticamente impossível o cumprimento do percentual determinado pela lei.

Não se olvida de que a reclamada tenha envidado esforços para a admissão de portadores de deficiência e reabilitados. É o que demonstram os documentos de f. 375, 380, 385, 470 e 495.

Todavia, tais esforços foram insuficientes para o alcance do número necessário de empregados portadores de deficiências e reabilitados, não respaldando o descumprimento legal o argumento da ré de que realiza suas obras em locais distantes e longe de capitais.

É de se notar que sua sede encontra-se em Belo Horizonte e que não apresentou provas de que neste local conta com número de pessoal reduzido, inviabilizando as contratações exigidas.

Veja-se, inclusive, que, conforme documentos de f. 495/498, a reclamada sequer se inscreveu nesta Capital nos serviços de apoio aos deficientes e nem procurou o órgão previdenciário para a admissão de reabilitados.

Não se está aqui a desconsiderar que, realmente, há dificuldades reais para a contratação de trabalhadores portadores de necessidades especiais, em razão da baixa escolaridade, da falta de profissionalização e de capacitação dessas pessoas para a sua inserção no mercado de trabalho.

Contudo, não podem as empresas, com esses argumentos, esquivarem-se de sua responsabilidade social, cabendo a elas, em último caso, também participarem da capacitação desses profissionais, mudando, assim, o quadro de marginalização ao qual estão submetidos.

O que não se admite é que, com tais subterfúgios, deixem as empresas de aplicarem a lei, esvaziando-se a sua efetividade.

Com efeito, com a devida vênia ao MM. Juiz prolator da sentença, devem ser providos, em parte, os pedidos formulados nos itens “a”, “b” e “c” da inicial, conferindo-se, no entanto, à reclamada o prazo de três meses para o preenchimento do percentual de empregados previsto no art. 93 da Lei 8.213/91, de acordo com o seu número total de empregados à época, tempo esse necessário para o recrutamento dos trabalhadores.

Quanto à multa para o caso de descumprimento das obrigações, deve ela ser fixada em R\$2.000,00, cumprindo assinalar que, na fase de execução, poderá o Juiz alterar esse valor, caso se torne insuficiente ou excessivo, conforme parágrafo 6º do art. 461 do CPC.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso, no aspecto, para condenar a reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações:

a) preencher, no prazo de três meses do trânsito em julgado desta decisão, o percentual de empregados previsto nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 36 do Decreto 3.298/99, com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, sob pena de multa de R\$2.000,00, para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90.

b) manter o percentual de empregados previsto nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 26 do Decreto 3.298/99 com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, sob pena de multa de R\$2.000,00 para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90.

c) observar o disposto no §1º do art. 93 da Lei 8.213/91 e §1º do art. 36 do Decreto nº 3.298/99, sob pena de multa de R\$2.000,00 para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90.

Juros incidem desde o ajuizamento da ação, conforme art. 883 da CLT e Súmula 200 do TST.

Não incide a correção monetária a partir da condenação, mas apenas a partir da data em que multa for devida, cumprindo assinalar que, conforme parágrafo 6º do art. 461 do CPC, *“O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva”*.

DANO MORAL COLETIVO

Pretende o Ministério Público do Trabalho a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. Alega que *“a conduta empresarial de ignorar os preceitos legais deteriora não só as relações de trabalho, em prejuízo do trabalhador, especificamente dos portadores de deficiência/reabilitados,*

mas de toda sociedade, sendo o dano social inequívoco”.

Não obstante as ponderosas razões suscitadas, não lhe assiste razão.

No nosso direito positivo, o dano, inclusive o moral, decorre de um ato ilícito, que provoca contra quem o praticou, a obrigação de repará-lo, nos termos dos artigos 186 e 927 do atual Código Civil e a reparação do dano moral encontra previsão legal específica na Ordem Constitucional vigente (artigo 5º, inciso X, da C.F.).

Segundo a doutrina, "a idéia e o reconhecimento do dano moral coletivo (*lato sensu*), bem como a necessidade de sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema da responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restrito ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a toda modificação desvaliosa do espírito coletivo, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade, e que refletem o alcance da dignidade dos seus membros." (Medeiro Neto, Xisto Tiago de. "Dano Moral Coletivo", LTr, 2004, p. 136).

Desse modo, o dano moral coletivo se configura na medida em que o ilícito traduz um sentido de despreço pelos valores essenciais da coletividade como a dignidade humana, os valores sociais do trabalho, a saúde, o bem-estar, a intimidade, a paz, dentre outros.

Nessa linha de pensamento, a doutrina não tem resistido ao reconhecimento do dano moral coletivo, consolidando-se a idéia da possibilidade de violação ao patrimônio moral da sociedade que, do mesmo modo que o do indivíduo, deve ser respeitado. Porém, para a aferição respectiva, devem ser examinadas as particularidades de cada caso.

Na hipótese vertente, embora caiba às empresas, em atenção à sua responsabilidade social (art. 170 da CF/88), o cumprimento da norma que exige uma cota mínima em seus quadros de trabalhadores portadores de necessidades especiais ou reabilitados, não se pode negar que a reclamada emvidou esforços – embora não suficientes – para a adequação de seu quadro funcional, tendo, inclusive, admitido alguns empregados nessas condições.

Não se pode dizer, portanto, que o descumprimento da norma, do modo como realizado, configurou efetivo despreço pelos valores sociais agasalhados pelo ordenamento legal, de modo a afrontar a moral da coletividade.

Diante desse contexto, não se vislumbra no presente caso violação ao patrimônio moral da sociedade, a justificar a aplicação à ré de indenização por danos morais coletivos, ainda que com objetivos educativos.

Assim, nego provimento ao recurso, no aspecto.

CONCLUSÃO

Conheço do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho; no mérito, dou-lhe parcial provimento para, julgando procedente, em parte, a ação, condenar a reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações: a) preencher, no prazo de três meses do trânsito em julgado desta decisão, o percentual de empregados previsto nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 36 do Decreto 3.298/99 com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, sob pena de multa de R\$2.000,00, para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90; b) manter o percentual de empregados previsto nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 26 do Decreto 3.298/99 com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, sob pena de multa de R\$2.000,00 para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90; c) observar o disposto no §1º do art. 93 da Lei 8.213/91 e §1º do art. 36 do Decreto nº 3.298/99, sob pena de multa de R\$2.000,00 para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90. Juros incidem desde o ajuizamento da ação, devendo-se observar o disposto na Súmula 200 do TST. Não incide a correção monetária a partir da condenação, mas apenas a partir da data em que a multa for devida, ressalvando-se a possibilidade de aplicação do disposto no parágrafo 6º do art. 461 do CPC. Inverto os ônus da sucumbência. Custas processuais pela reclamada, no importe de R\$100,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R\$5.000,00).

FUNDAMENTOS PELOS QUAIS,

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, pela sua Oitava Turma, preliminarmente, à unanimidade, conheceu do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho; no mérito, sem divergência, deu-lhe parcial provimento para, julgando procedente, em parte, a ação, condenar a reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações: a) preencher, no prazo de três meses do trânsito em julgado desta decisão, o percentual de empregados previsto nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 36 do Decreto 3.298/99 com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, sob pena de multa de R\$2.000,00(dois mil reais), para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90; b) manter o percentual de empregados previsto nos artigos 93 da Lei 8.213/91 e 26 do Decreto 3.298/99 com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, sob pena de multa de R \$2.000,00(dois mil reais) para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90; c) observar o disposto no §1º do art. 93 da Lei 8.213/91 e §1º do art. 36 do Decreto nº 3.298/99, sob pena de multa de R \$2.000,00(dois mil reais) para cada vaga não preenchida, reversível ao Fundo de

01590-2007-113-03-00-0-RO

Amparo ao Trabalhador, criado pela Lei 7.998/90. Juros incidem desde o ajuizamento da ação, devendo-se observar o disposto na Súmula 200 do TST. Não incide a correção monetária a partir da condenação, mas apenas a partir da data em que a multa for devida, ressalvando-se a possibilidade de aplicação do disposto no parágrafo 6º do art. 461 do CPC. Inverteu os ônus da sucumbência. Custas processuais pela reclamada, no importe de R\$100,00(cem reais), calculadas sobre o valor arbitrado à condenação (R\$5.000,00-cinco mil reais).

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2008.

DENISE ALVES HORTA
Desembargadora Relatora

DAH/kaar